

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Norte S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos incorridos na formação de ativos de infraestrutura

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.13.1 às demonstrações financeiras, a Companhia possui obras em andamento registradas pelo montante de R\$ 813.943 mil, em 31 de dezembro de 2023.

A classificação de gastos incorridos entre investimentos em bens de capital (*Capital Expenditure - Capex*) e despesas operacionais (*Operational Expenditure - Opex*) envolve a necessidade de configurações em sistemas de tecnologia da informação, comunicação e avaliação entre áreas com diferentes especialidades na Companhia para alinhamento de conceitos sobre natureza de gastos com substituição e reforma de partes e peças necessários para colocar o ativo nas condições operacionais pretendidas, critérios para alocação de mão de obra diretamente atribuíveis com a construção do ativo, bem como, de processos e controles apropriadamente desenhados e continuamente operados por parte da Administração, objetivando mitigar a possibilidade de erro relacionado com alocação de gastos entre obras em andamento no ativo imobilizado e despesas reconhecidas no resultado do exercício.

Devido aos aspectos mencionados e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo:

- Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- Reunião com representantes da área de projetos objetivando entender orçamento, alocação dos gastos e avanço físico de determinados projetos;
- Pesquisa sobre notícias relacionadas com determinados projetos que se encontram como obras em andamento;
- Entendimento sobre determinados sistemas de TI envolvidos no processo associados com gastos de obras em andamento;
- Teste documental de adições ao ativo imobilizado em obras em andamento;
- Obtenção de evidência sobre avanço físico de determinadas obras;
- Entendimento dos controles existentes para alocação dos gastos entre Capex e Opex;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e alocação dos gastos na formação dos ativos, com base nos testes por amostragem e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R\$ 41.906 mil.

O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como menos provável de que uma conclusão desfavorável para a Companhia aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R\$ 1.867.656 mil, em 31 de dezembro de 2023, apurado para as informações financeiras.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências possíveis, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo:

- Reuniões com o setor jurídico da Companhia;
- Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que a Companhia seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa;
- Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos;
- Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias;
- Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração;
- Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo;
- Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota;
- Análise das principais inclusões de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas;
- Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores;
- Recálculo de atualização monetária;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 17 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

RUMO MALHA NORTE – RUMO MALHA NORTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO 2023

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Norte – Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. nos informaram que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T23	4T22	Var. %	12M23	12M22	Var. %
Receita Líquida	1.432,4	1.114,5	28,5%	5.858,6	5.058,6	15,8%
Custos dos serviços prestados	(894,5)	(711,6)	25,7%	(3.766,8)	(2.963,1)	27,1%
Lucro Bruto	537,9	402,9	33,5%	2.091,8	2.095,5	-0,2%
Margem Bruta (%)	38%	36%	1,4 p.p.	36%	41%	-5,7 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(68,5)	(45,4)	50,9%	(220,9)	(132,8)	66,3%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	8,1	(3,0)	-370,0%	(3,3)	(23,9)	-86,2%
Equivalência patrimonial	0,1	7,1	-98,6%	2,7	32,6	-91,7%
Depreciação e Amortização	140,8	122,3	15,1%	544,7	489,4	11,3%
EBITDA	618,4	483,9	27,8%	2.415,0	2.460,8	-1,9%
Margem EBITDA (%)	43,2%	43,4%	-0,2 p.p.	41,2%	48,6%	-7,4 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(92,7)	(82,7)	12,1%	(342,4)	(330,8)	3,5%
Imposto de renda e contribuição social	(40,3)	(39,3)	2,5%	(190,2)	(321,2)	-40,8%
Lucro Líquido	344,6	239,6	43,8%	1.337,7	1.319,4	1,4%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.432,4 milhões, um aumento de 28,5% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, o volume de transporte aumentou em 2023 devido basicamente pelo transporte de grãos. O EBITDA foi de R\$ 618,4 milhões, aumento de 27,8% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 344,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2023 comparado a um lucro de R\$ 239,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. O que representou um aumento de 43,8%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5.858,6 milhões, aumento de 15,82% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O volume total transportado, de 45,4 bilhões de TKU, foi 1,65% maior a 2022. O resultado se deve principalmente ao maior volume de grãos, que cresceram 1,37% em relação ao ano anterior, e à melhora das condições de circulação na região da Baixada Santista ao longo do ano, que reduziram a eficiência da circulação de trens com destino ao Porto de Santos no primeiro trimestre, além de uma melhora na tarifa média de transporte ao longo de 2023. Também contribuíram para o resultado o crescimento dos volumes de líquidos, que cresceu 20,35%.

Rumo Malha Norte S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	103.883	246.696
Títulos e valores mobiliários	5.3	201.976	226.877
Contas a receber de clientes	5.4	229.460	232.116
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	24.432	2.076
Estoques		17.576	18.119
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.383	100.378
Outros tributos a recuperar	5.10	180.742	131.715
Adiantamento a fornecedores	5.11	83.938	558.022
Outros ativos		45.105	19.694
Ativo circulante		888.495	1.535.693
Contas a receber de clientes	5.4	15	18
Caixa restrito	5.3	126	124
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	4.080	31.646
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		134.246	45.365
Outros tributos a recuperar	5.10	13.268	13.555
Depósitos judiciais	5.15	19.658	18.147
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	414.905	407.659
Adiantamento a fornecedores	5.11	396.147	800.357
Outros ativos		5.875	5.061
Investimentos em associadas	5.12	44.811	123.768
Direito de uso	5.13.2	627.154	694.555
Imobilizado	5.13.1	5.229.376	5.074.160
Intangíveis		39.434	19.588
Ativo não circulante		6.929.095	7.234.003
Total do ativo		7.817.590	8.769.696

Rumo Malha Norte S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	772.592	711.056
Passivos de arrendamento	5.7	108.439	106.171
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	51.492	65.523
Fornecedores	5.8	641.210	327.030
Ordenados e salários a pagar		125.267	112.844
Imposto de renda e contribuição social correntes		15.750	3.158
Outros tributos a pagar		8.641	6.930
Dividendos a pagar		263.225	2.776
Adiantamento de clientes		1.678	2.262
Receitas diferidas		1.458	1.458
Outros passivos financeiros	5.1	32.873	82.168
Outras contas a pagar		68.736	86.385
Passivo circulante		2.091.361	1.507.761
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	2.412.248	2.308.536
Passivos de arrendamento	5.7	219.853	328.720
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	99.937	-
Provisão para demandas judiciais	5.15	41.906	28.233
Receitas diferidas		3.651	5.109
Outras contas a pagar		1.883	2.783
Passivo não circulante		2.779.478	2.673.381
Total do passivo		4.870.839	4.181.142
Patrimônio líquido			
Capital social	5.16	51.930	2.461.503
Reserva de capital		22.725	22.725
Reservas de lucros		2.869.569	2.101.805
Ajustes de avaliação patrimonial		2.527	2.521
Total do patrimônio líquido		2.946.751	4.588.554
Total do passivo e patrimônio líquido		7.817.590	8.769.696

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em (Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	6.1	5.858.606	5.058.588
Custos dos serviços prestados	6.2	-3.766.825	-2.963.146
Lucro bruto		2.091.781	2.095.442
Despesas comerciais	6.2	-24.228	-16.182
Despesas gerais e administrativas	6.2	-196.717	-116.616
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-3.264	-23.936
Despesas operacionais		-224.209	-156.734
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		1.867.572	1.938.708
Equivalência patrimonial	5.12	2.716	32.625
Resultado de equivalência patrimonial		2.716	32.625
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		1.870.288	1.971.333
Despesas financeiras		-353.687	-507.134
Receitas financeiras		162.589	107.287
Variação cambial, líquida		87.068	90.510
Derivativos		-238.368	-21.431
Resultado financeiro líquido	6.4	-342.398	-330.768
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.527.890	1.640.565
Imposto de renda e contribuição social	5.14		
Corrente		-162.661	-263.371
Diferido		-27.566	-57.812
		-190.227	-321.183
Resultado do exercício		1.337.663	1.319.382
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		1,11749	1,10222
Por ação preferencial " A "		1,22924	1,21244
Por ação preferencial " B "		1,11749	1,10222

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Reserva de capital		Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2023	2.461.503	22.725	1.137.137	309.332	655.336	2.521	-	4.588.554
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	1.337.663	1.337.663
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	6	-	6
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	6	1.337.663	1.337.669
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Redução do capital	-2.650.000	-	-	-	-	-	-	-2.650.000
Aumento de capital por reserva legal	309.332	-	-	-309.332	-	-	-	-
Reorganização societária	-68.905	-	-	-	-	-	-	-68.905
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-260.567	-260.567
Constituição das reservas	-	-	285.010	10.386	781.700	-	-1.077.096	-
Total das transações com e para acionistas	-2.409.573	-	285.010	-298.946	781.700	-	-1.337.663	-2.979.472
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.930	22.725	1.422.147	10.386	1.437.036	2.527	-	2.946.751

Reserva de capital	Reserva de lucros
--------------------	-------------------

	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.461.503	22.725	938.962	243.363	501.014	2.527	-	4.170.094
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	1.319.382	1.319.382
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	-6	-	-6
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-6	1.319.382	1.319.376
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	-500.916	-	-400.000	-900.916
Constituição das reservas	-	-	198.175	65.969	655.238	-	-919.382	-
Total das transações com e para acionistas	-	-	198.175	65.969	154.322	-	-1.319.382	-900.916
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.461.503	22.725	1.137.137	309.332	655.336	2.521	-	4.588.554

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.527.890	1.640.565
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		544.692	489.421
Equivalência patrimonial em controladas e associadas		-2.716	-32.625
Provisão para participações nos resultados e bônus		86.969	72.635
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3	-2.842	7.495
Provisão de demandas judiciais	6.3	19.850	26.543
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-313	-234
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	-17.427	-12.638
Provisão de <i>Take or pay</i>		39.816	6.491
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		399.536	244.897
Outros		748	-1.899
		2.596.203	2.440.651
Variação em:			
Contas a receber de clientes		-6.813	-72.419
Adiantamentos de clientes		-584	-18.940
Outros tributos, líquidos		-130.770	-158.756
Estoques		-1.662	6.105
Ordenados e salários a pagar		-79.532	-45.917
Fornecedores		251.639	95.063
Adiantamentos a fornecedores		878.223	-652
Provisão para demandas judiciais		-17.564	-9.943
Outros passivos financeiros		-51.664	11.019
Outros ativos e passivos, líquidos		-64.976	40.852
		776.297	-153.588
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.372.500	2.287.063
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		80.036	39.040
Caixa restrito		-1	-9
Dividendos recebidos de associadas		11.064	5.084
Adições ao imobilizado e intangível		-606.853	-560.961
Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes		-	1.000
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-515.754	-515.846
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	1.065.892	-

Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	-888.835	-373.035
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	-286.653	-218.260
Amortização de principal de passivo de arrendamento	5.7	-121.111	-125.516
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	5.7	-31.759	-36.072
Redução de capital	4.3	-2.650.000	-
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		-86.976	-36.130
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		-	4.015
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos		-	-12.900
Dividendos pagos		-117	-900.248
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-2.999.559	-1.698.146
Acréscimo (Decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa		-142.813	73.071
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		246.696	173.625
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		103.883	246.696

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Norte S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	6.029.272	5.216.882
Outras receitas operacionais, líquidas	6.676	2.951
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	313	234
	6.036.261	5.220.067
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-2.997.497	-2.252.683
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-229.734	-213.676
	-3.227.231	-2.466.359
Valor adicionado bruto	2.809.030	2.753.708
Retenções		
Depreciação e amortização	-544.692	-489.421
	-544.692	-489.421
Valor adicionado líquido produzido	2.264.338	2.264.287
Valor adicionado recebido em transferência		
Equivalência patrimonial em coligadas	2.716	32.625
Receitas financeiras	162.589	107.287
	165.305	139.912
Valor adicionado total a distribuir	2.429.643	2.404.199
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	192.370	135.572
Remuneração direta	97.344	55.619
Benefícios	81.977	71.494
FGTS	13.049	8.459
Impostos, taxas e contribuições	389.630	500.584
Federais	312.818	417.939
Estaduais	75.162	82.009
Municipais	1.650	636
Remuneração de capitais de terceiros	509.980	448.661
Juros	504.987	438.055
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	4.993	10.606

Remuneração de capitais próprios	1.337.663	1.319.382
Dividendos declarados	260.567	400.000
Resultado do exercício	1.077.096	919.382
	2.429.643	2.404.199

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da Companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia participava, através de coligadas, da concessão de terminais portuários. A partir da reorganização societária (Nota 4.3) realizada durante o exercício, tais participações foram concentradas na controladora Rumo S.A.

A Rumo S.A. se associou às demais operadoras ferroviárias que operam em Santos na celebração do Contrato de Cessão (“Contrato de Cessão”) relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos, visando representar suas controladas Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Paulista S.A. e Rumo Malha Central S.A. que operam no referido Porto, atividade realizada pela Portofer (controlada em conjunto da Companhia) até 30 de setembro de 2023. A assunção das atividades pela AG-FIPS ocorreu em 01 de outubro de 2023, data em que foi encerrado o contrato de arrendamento da Portofer, cuja denominação social foi alterada para Rumo Serviços Logísticos Ltda.

1.3 Informações sobre o controle da Companhia

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. (“Cosan”), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN). Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento desta demonstração financeira:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 01 de abril de 2024.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.13.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

5.9 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	103.883	246.696	103.883	246.696
Títulos e valores mobiliários	201.976	226.877	201.976	226.877
Instrumentos financeiros derivativos	439.337	409.735	439.337	409.735
Contas a receber de clientes	229.460	232.134	229.460	232.134
Caixa restrito	126	124	126	124
Total	974.782	1.115.566	974.782	1.115.566
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(3.184.840)	(3.019.591)	(3.161.093)	(2.916.392)
Instrumentos financeiros derivativos	(151.429)	(65.523)	(151.429)	(65.523)
Passivos de arrendamento	(328.292)	(434.891)	(328.292)	(434.891)
Fornecedores	(641.210)	(327.030)	(641.210)	(327.030)
Outros passivos financeiros	(32.873)	(82.168)	(32.873)	(82.168)
Dividendos a pagar	(272.813)	(2.776)	(272.813)	(2.776)
Total	(4.611.457)	(3.931.979)	(4.587.710)	(3.828.780)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.5 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2023, não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	-	(5.698)
Empréstimos e financiamentos	(1.561.548)	(1.086.708)
Derivativos de taxa de câmbio	1.561.548	1.086.708
Passivo de arrendamento	<u>(78.162)</u>	<u>(94.716)</u>
	<u>(78.162)</u>	<u>(100.414)</u>

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2023, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

<u>Instrumento</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	(51.188)	(454.372)	(857.556)	351.996	755.180
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	51.188	454.372	857.556	(351.996)	(755.180)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	<u>(2.562)</u>	<u>(22.743)</u>	<u>(42.924)</u>	17.619	37.800
Impactos no resultado do exercício		<u>(2.562)</u>	<u>(22.743)</u>	<u>(42.924)</u>	17.619	37.800

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2024. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

<u>31/12/2023</u>	<u>Cenários</u>				
	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2023				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Exposição taxa de juros					
Aplicações financeiras	10.640	13.300	15.960	7.980	5.320
Títulos e valores mobiliários	20.189	25.236	30.284	15.142	10.095
Caixa restrito	12	16	19	9	6
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(142.186)	(170.137)	(198.089)	(114.235)	(86.284)
Passivos de arrendamento	(26.210)	(26.210)	(26.210)	(26.210)	(26.210)
Derivativos de taxa de juros	(263.385)	(333.218)	(395.078)	(197.539)	(131.693)
Outros passivos financeiros	(3.802)	(4.623)	(5.443)	(2.982)	(2.161)
Impactos no resultado do exercício	(404.742)	(495.636)	(578.557)	(317.835)	(230.927)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	10,08%	12,60%	15,13%	7,56%	5,04%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	103.883	246.696
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	201.976	226.877
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	126	124
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	229.475	232.134
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	439.337	409.735
	974.797	1.115.566

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2023</u>
AAA	<u>745.322</u>
Total	<u>745.322</u>

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<u>31/12/2023</u>				<u>31/12/2022</u>	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(776.382)	(492.240)	(713.878)	(1.387.718)	(3.370.218)	(3.301.272)
Fornecedores	(641.210)	-	-	-	(641.210)	(327.030)
Outros passivos financeiros	(32.873)	-	-	-	(32.873)	(82.168)
Passivo de arrendamento	(76.142)	(70.447)	(149.123)	(43.179)	(338.891)	(423.397)
Dividendos a pagar	(272.813)	-	-	-	(272.813)	(2.776)
Instrumentos financeiros derivativos	(27.059)	359.169	(155.425)	111.223	287.908	344.212
	<u>(1.826.479)</u>	<u>(203.518)</u>	<u>(1.018.426)</u>	<u>(1.319.674)</u>	<u>(4.368.097)</u>	<u>(3.792.431)</u>

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	23.898	26.831
Rumo Malha Sul S.A.	19.670	19.585
Rumo Malha Central S.A.	8.174	7.807
Raízen S.A. e suas controladas	2.760	972
Elevações Portuárias S.A.	706	2.482
Rumo S.A.	8.067	1.175
Brado Logística S.A.	5.951	3.394
Outros	900	1.247
	70.126	63.493
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	-	501.907
Rumo Intermodal S.A.	10.000	-
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	51.964	51.964
Outros	2.377	4.095
	64.341	557.966
Ativo circulante	134.467	621.459
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	395.282	795.283
Outros	865	5.074
	396.147	800.357
Ativo não circulante	396.147	800.357
Total ativo	530.614	1.421.816

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	86.031	46.729
Rumo Malha Sul S.A.	12.731	19.371
Rumo Malha Paulista S.A.	313.855	54.887
Rumo S.A.	7.375	6.372
Raízen S.A. e suas controladas	22.654	29.498
Outros	39.278	34.162
	<u>481.924</u>	<u>191.019</u>
Total passivo	<u>481.924</u>	<u>191.019</u>

b) Transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen S.A. e suas controladas	63.209	28.038
Rumo Malha Paulista S.A.	343.462	343.904
Rumo Malha Sul S.A.	941	970
Brado Logística S.A.	52.643	49.778
Rumo Malha Central S.A.	1.172	-
Outros	4	191
	<u>461.431</u>	<u>422.881</u>
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(2.697.793)	(1.864.296)
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(228.873)	(264.239)
Brado Logística S.A.	(12.223)	(5.193)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(31.749)	(37.912)
Rumo S.A.	(54.684)	(48.634)
Outros	(3.751)	(2.604)
	<u>(3.029.073)</u>	<u>(2.222.878)</u>
Despesa compartilhada ^(v)		
Cosan S.A.	(6.195)	(3.515)
Raízen S.A. e suas controladas	(32.533)	(30.327)
Rumo Malha Oeste S.A.	3.611	2.948
Rumo Malha Paulista S.A.	61.266	73.667
Rumo Malha Sul S.A.	76.508	52.995
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	(30.438)	(32.245)
Rumo S.A.	(3.508)	(3.075)
Rumo Malha Central S.A.	36.534	26.649
Elevações Portuárias S.A.	(554)	9.454
Outros	-	2
	<u>104.691</u>	<u>96.553</u>

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se refere principalmente à transporte cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Benefícios de curto prazo	41.440	33.146
Transações com pagamentos baseados em ações	13.577	16.110
	<u>55.017</u>	<u>49.256</u>

4.2 Eventos significativos

4.2.1 Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de fertilizantes, e impactos nos preços das commodities e combustíveis.

A Companhia também tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços da commodity de petróleo, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelos conflitos que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

4.3 Reorganização societária

Em 19 de julho de 2023 a Companhia, aprovou em Assembléia Geral Extraordinária, à Reorganização Societária da cisão do acervo líquido (Terminais), bem como a redução do capital social da Companhia, conforme comunicado ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023.

Com o impacto da reorganização, por meio da cisão, a Companhia, reduziu em R\$ 2.650.000 o seu capital social, e os investimentos diretos no Terminal XXXIX de Santos S.A., Terminal de Granéis do Guarujá S.A. – TGG e no Terminal Marítimo do Guarujá S.A. – TERMAG. Esse movimento gerou um impacto no patrimônio líquido da companhia em R\$ 2.718.905, desses R\$ 2.650.000 é referente a redução do capital social, R\$ 309.322 referente a aumento de capital social por redução da reserva de lucros e R\$ 68.905 referente a reorganização societária dos investimentos.

4.4 Eventos subsequentes

4.4.1 Liquidação adiantamento de partilha

Em 28 de fevereiro de 2024 a Companhia utilizou o saldo de R\$ 395.282 do adiantamento a fornecedor que detinha com a sua parte relacionada Rumo Malha Paulista, para liquidar o saldo de partilha de frete a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.4.2 Renovação do benefício fiscal SUDAM

Em 20 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou junto à Receita Federal do Brasil – RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos

para renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	201.976	226.877
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	439.337	409.735
		641.313	636.612
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	103.883	246.696
Contas a receber de clientes	5.4	229.475	232.134
Caixa restrito	5.3	126	124
		333.484	478.954
Total		974.797	1.115.566
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.6	1.227.092	1.414.204
Passivos de arrendamento	5.7	328.292	434.891
Fornecedores	5.8	641.210	327.030
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		32.873	82.168
Dividendos a pagar		263.225	2.776
		2.492.692	2.261.069
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	5.6	1.957.748	1.605.388
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	151.429	65.523
		2.109.177	1.670.911
Total		4.601.869	3.931.980

- (i) Saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 12,42% a.a. (14,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022). O prazo médio dessas operações gira em torno de 111 dias (109 dias em 31 de dezembro de 2022).

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	1.406	4.299
Aplicações financeiras	102.477	242.397
	103.883	246.696

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As aplicações financeiras são compostas por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	1.110	-
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	101.367	242.397
	<u>102.477</u>	<u>242.397</u>

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 100,8% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2023 (102,9% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	158.894	128.717
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	43.082	97.578
Letras financeiras	-	582
	<u>201.976</u>	<u>226.877</u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.

Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores depositados em garantia	126	124
	<u>126</u>	<u>124</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes terceiros	172.456	182.511
Clientes partes relacionadas (Nota 4.1)	70.126	63.493
	242.582	246.004
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(13.107)	(13.870)
	229.475	232.134
Circulante	229.460	232.116
Não circulante	15	18
	229.475	232.134

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	148.159	151.202
Até 30 dias	12.047	16.950
De 31 a 60 dias	1.342	-
De 61 a 90 dias	7	-
Mais de 90 dias	10.901	14.359
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(13.107)	(13.870)
	159.349	168.641

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	(13.488)
Provisões	(1.465)
Reversões e baixas	1.083
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(13.870)
Provisões	(443)
Reversões e baixas	1.206
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.107)

5.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2023	31/12/2022	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
Com garantia						
Finame (BNDES)	Pré-fixado	6,00%	230	6.190	jan/2024	Investimento
Finem (BNDES)	URTJLP ⁽ⁱ⁾	8,60%	1.226.861	1.052.244	jul/2031	Investimento
NCE	CDI + 0,80%	14,56%	-	355.770	dez/2023	Capital de giro
	SOFR + 1,30% ⁽ⁱⁱ⁾	6,65%	487.544	-	jan/2025	Capital de giro
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,88%	1.074.003	1.086.708	jan/2032	Investimento
			2.788.638	2.500.912		
Debêntures						
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% ^(iv)	9,32%	396.202	518.680	fev/2026	Investimento
			396.202	518.680		
Total			3.184.840	3.019.592		
Circulante			772.592	711.056		
Não circulante			2.412.248	2.308.536		
			3.184.840	3.019.592		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Dívida com swap para 109% do CDI que representavam uma taxa média de 14,38%.
- (iii) Dívida com swap para 114% do CDI que representa uma taxa média de 15,09% no ano de 2023.
- (iv) Dívida com swap para 107% do CDI que representou uma taxa média de 14,13% no ano de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
13 a 24 meses	491.597	303.069
25 a 36 meses	286.375	306.261
37 a 48 meses	208.863	215.222
49 a 60 meses	201.801	154.739
61 a 72 meses	173.733	147.753
73 a 84 meses	-	119.926
A partir de 97 meses	1.049.879	1.061.566
	2.412.248	2.308.536

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2023	31/12/2022
Reais (R\$)	1.623.292	1.932.884
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	1.561.548	1.086.708
Total	3.184.840	3.019.592

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.9), ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	10.689.870
Captações	(257)
Amortização de principal	(373.035)
Pagamento de juros	(218.260)
Atualização de juros, valor justo, variação monetária e cambial	(7.078.726)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.019.592
Captações	1.065.892
Amortização de principal	(888.835)
Pagamento de juros	(286.653)
Atualização de juros, valor justo, variação monetária e cambial	274.844
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.184.840

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,76% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 1.239.636 (R\$ 1.060.181 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AAA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 345.657 (R\$ 345.657 em 31 de dezembro de 2022).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“*Financial covenants*”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros (os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de *covenants* e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas):

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA < = 3,0x em dezembro de 2023	1,81
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ > = 2,0x em dezembro de 2023	3,84

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	178.526	346.573	525.099
Adições	-	5.024	5.024
Apropriação de juros e variação cambial	23.073	29.101	52.174
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(81.134)	(44.382)	(125.516)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(36.072)	(36.072)
Reajuste contratual	-	14.182	14.182
Saldo em 01 de janeiro de 2023	120.465	314.426	434.891
Adições	-	134	134
Apropriação de juros e variação cambial	21.967	25.052	47.019
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(71.411)	(49.700)	(121.111)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(31.759)	(31.759)
Reajuste contratual	-	(882)	(882)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	71.021	257.271	328.292
Circulante	37.425	71.014	108.439
Não circulante	33.596	186.257	219.853
	71.021	257.271	328.292

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação o prazo e da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	41.829	55.629
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	4.294	14.639
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	2.955	1.329
	49.078	71.597

Informações adicionais

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 17.347 (R\$ 21.253 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de materiais e serviços	605.817	285.156
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	35.393	41.874
Total	<u>641.210</u>	<u>327.030</u>
Fornecedores	159.286	136.011
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	481.924	191.019
	<u>641.210</u>	<u>327.030</u>

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

Hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	2.828.774	1.290.275	287.908	344.212
	2.828.774	1.290.275	287.908	344.212
Circulante			24.432	2.076
Não circulante			414.905	407.659
Ativos			439.337	409.735
Circulante			51.492	65.523
Não circulante			99.937	-
Passivo			(151.429)	(65.523)

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de *Hedge*

a) *Hedge* do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

<i>Hedge</i> risco de câmbio		Nocional	Resultado			
			Valor contábil		Ajuste de valor justo	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Objetos						
NCE 2032	US\$ + 5,88%	(870.275)	(1.074.003)	(1.086.708)	82.413.200	(278.178)
NCE	Sofr + 1,3%	(725.100)	(487.544)	-	3.146.695	-
Total		(870.275)	(1.074.003)	(1.086.708)	82.413.200	(278.178)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 116,68% do CDI	870.275	200.730	268.018	67.288	398.396
Swap de câmbio e juros	BRL + 108,87% do do CDI	725.100	5.293	-	(5.293)	-
Total		1.595.375	206.023	268.018	61.995	398.396
Total líquido		725.100	(867.980)	(818.690)	82.475.195	120.218

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Risco de inflação		Nocional	Resultado			
			Valor contábil		Ajuste de valor justo	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos designados						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(300.000)	(396.201)	(518.680)	13.474	(6.070)
Total		(300.000)	(396.201)	(518.680)	13.474	(6.070)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107,00% do CDI	300.000	81.885	76.194	(5.691)	(4.819)
Total		300.000	81.885	76.194	(5.691)	(4.819)
Total líquido		-	(314.316)	(442.486)	7.783	(10.889)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.10 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	130.817	78.293
PIS	32.076	47.436
ICMS CIAP ⁽ⁱ⁾	13.049	16.148
Outros	18.068	3.393
	194.010	145.270
Circulante	180.742	131.715
Não circulante	13.268	13.555
	194.010	145.270

- (i) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.11 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	19.597	56
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1) ⁽ⁱ⁾	460.488	1.358.323
Total	480.085	1.358.379
Circulante	83.938	558.022
Não circulante	396.147	800.357
	480.085	1.358.379

- (i) Os adiantamentos a fornecedores se referem a prestação de serviços de partilha de fretes, sendo o cronograma de liquidação previsto em contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12 Investimentos em associadas

Política contábil:

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

As associadas da Companhia estão listadas abaixo:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	Participação direta e indireta	
	31/12/2023	31/12/2022
Termag S.A.	-	19,85%
TGG S.A.	-	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	-	49,62%
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	50,00%	50,00%

A Companhia realizou uma reorganização societária, na qual, os investimentos dos terminais foram transferidos para a Controladora Rumo S.A. conforme nota 4.3. Abaixo estão os investimentos em coligadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2023:

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	100.503.066	50.251.533	50,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Termag S.A.	8.463	703	-	(9.166)	-
TGG S.A.	17.471	3.702	(8.802)	(12.371)	-
Terminal XXXIX S.A.	53.133	(1.794)	(3.971)	(47.368)	-
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	44.701	105	-	5	44.811
Total	123.768	2.716	(12.773)	(68.900)	44.811

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Termag S.A.	4.726	4.446	-	(709)	8.463
TGG S.A.	17.562	5.693	(5.784)	-	17.471
Terminal XXXIX S.A.	30.647	22.486	-	-	53.133
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	44.674	-	-	27	44.701
Total	97.609	32.625	(5.784)	(682)	123.768

Informações financeiras de associadas:

	Doze meses findos em 31/12/2023			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	163.443	73.821	89.622	209

	Doze meses findos em 31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Termag S.A.	276.760	231.119	42.641	19.881
Terminal XXXIX S.A.	433.412	388.882	44.530	44.530
TGG S.A.	254.748	78.657	176.091	58.139
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	197.500	108.154	89.346	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.13 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, direitos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.13.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são despesados quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2022	356.208	516.112	3.864.295	2.818.184	613.885	46.811	8.215.495
Adições	-	-	-	-	503.090	-	503.090
Baixas	211	(72)	(16.179)	-	-	(2.914)	(18.954)
Transferências	54.651	3.756	114.438	157.877	(378.072)	1.358	(45.992)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	411.070	519.796	3.962.554	2.976.061	738.903	45.255	8.653.639
Adições	-	-	898	38.191	615.308	-	654.397
Baixas	-	-	(16.961)	(941)	(1.056)	463	(18.495)
Transferências	12.878	21.015	273.556	204.141	(539.212)	81	(27.541)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	423.948	540.811	4.220.047	3.217.452	813.943	45.799	9.262.000
Valor de depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(111.466)	(139.905)	(1.645.605)	(1.291.002)	-	(14.077)	(3.202.055)
Adições	(16.440)	(36.893)	(237.710)	(127.960)	-	(5.255)	(424.258)
Baixas	-	-	10.997	-	-	3.587	14.584
Transferências	226	7.954	139	23.931	-	-	32.250
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(127.680)	(168.844)	(1.872.179)	(1.395.031)	-	(15.745)	(3.579.479)
Adições	(21.230)	(35.198)	(270.007)	(142.034)	-	(5.275)	(473.744)
Baixas	78	346	15.527	4.648	-	-	20.599
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(148.832)	(203.696)	(2.126.659)	(1.532.417)	-	(21.020)	(4.032.624)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	283.390	350.952	2.090.375	1.581.030	738.903	29.510	5.074.160
Saldo em 31 de dezembro de 2023	275.116	337.115	2.093.388	1.685.035	813.943	24.779	5.229.376

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 9.780 (R\$ 7.464 em 31 de dezembro de 2022), utilizando uma taxa média de 12,30% (13,25% em 31 de dezembro de 2022) para capitalizar os custos dos empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.13.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos, edifícios	Vagões e locomotivas	Software	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2022	303.305	819.661	87.028	38.050	1.248.044
Adições	-	1.006	-	4.018	5.024
Reajuste contratual	13.721		(1.079)	1.540	14.182
Saldo em 01 de janeiro de 2023	317.026	820.667	85.949	43.608	1.267.250
Adições	-	-	-	134	134
Reajuste contratual	(882)	-	-	-	(882)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	316.144	820.667	85.949	43.742	1.266.502
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(123.975)	(350.852)	(16.959)	(14.491)	(506.277)
Adições	(30.584)	(24.204)	(4.380)	(7.250)	(66.418)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(154.559)	(375.056)	(21.339)	(21.741)	(572.695)
Adições	(32.747)	(22.182)	(4.380)	(7.344)	(66.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(187.306)	(397.238)	(25.719)	(29.085)	(639.348)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	162.467	445.611	64.610	21.867	694.555
Saldo em 31 de dezembro de 2023	128.838	423.429	60.230	14.657	627.154

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.527.890	1.640.565
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(519.483)	(557.792)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	923	11.093
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM ⁽ⁱ⁾	279.941	197.307
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(16)	150
Efeito de amortização do direito de concessão	10.079	10.079
Selic sobre indébito	32.603	12.246
Outros	5.726	5.734
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>(190.227)</u>	<u>(321.183)</u>
Taxa efetiva - %	<u>12,45%</u>	<u>19,58%</u>

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	14.252	9.599
Provisão para perda ao valor recuperável	-	316
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	4.456	4.716
Provisão para não realização de impostos	31.566	31.491
Provisão para participação nos resultados	25.330	23.868
Diferenças temporárias sobre outras provisões	20.385	34.891
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	82.460	114.290
Passivos de arrendamento	125.452	146.150
Outros	31.197	43.649
Tributos diferidos - Ativos	<u>335.098</u>	<u>408.970</u>
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Resultado não realizado com derivativos	(101.040)	(120.184)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(175.668)	(169.160)
Ajuste valor justo sobre dívidas	(54.310)	(87.980)
Tributos diferidos - Passivos	<u>(331.018)</u>	<u>(377.324)</u>
Total de tributos diferidos	<u>4.080</u>	<u>31.646</u>

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2022	89.440
Resultado	(57.812)
Passivo atuarial	18
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>31.646</u>
Resultado	(27.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>4.080</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Passivos de arrendamentos	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Variação Cambial	Ajuste a valor justo da dívida	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	168.419	17.669	60.154	-	145.233	49.323	61.097	501.895
(Cobrado) / creditado								
do resultado do exercício	(22.269)	6.199	20.250	-	(30.943)	(137.303)	-	(164.066)
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-	(17.448)	(17.448)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	146.150	23.868	80.404	-	114.290	(87.980)	43.649	320.381
(Cobrado) / creditado								
do resultado do exercício	(20.698)	1.462	(9.745)	-	-	87.980	(12.452)	46.547
Diferenças cambiais	-	-	-	-	(31.830)	-	-	(31.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	125.452	25.330	70.659	-	82.460	-	31.197	335.098

ii. Impostos diferidos passivos

	Imobilizado	Resultado não realizado com derivativos	Ajuste valor justo sobre dívidas	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(144.210)	(254.000)	-	(14.244)	(412.454)
(Cobrado) / creditado					
do resultado do exercício	(24.950)	133.816	-	14.244	123.110
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(169.160)	(120.184)	-	-	(289.344)
(Cobrado) / creditado					
do resultado do exercício	(6.508)	19.144	(54.310)	-	(41.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(175.668)	(101.040)	(54.310)	-	(331.018)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	3.651	181
Cíveis, regulatórias e ambientais	11.086	3.835
Trabalhistas	27.169	24.217
	41.906	28.233

	Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	3.811	3.454
Cíveis, regulatórias e ambientais	4.748	942
Trabalhistas	11.099	13.751
	19.658	18.147

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	11	1.746	17.582	19.339
Provisionados no exercício	108	900	17.543	18.551
Baixas por reversão ou pagamento	(11)	(1.288)	(21.904)	(23.203)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	73	2.477	10.996	13.546
Saldo em 31 de dezembro de 2022	181	3.835	24.217	28.233
Provisionados no exercício	2.419	3.965	10.450	16.834
Baixas por reversão ou pagamento	(572)	(4.199)	(16.187)	(20.958)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.623	7.485	8.689	17.797
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.651	11.086	27.169	41.906

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributárias	1.703.949	1.859.211
Cíveis, regulatórias e ambientais	83.500	82.431
Trabalhistas	80.207	76.384
	<u>1.867.656</u>	<u>2.018.026</u>

• **Tributárias:**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Multa isolada tributo federal - REPORTO ⁽ⁱ⁾	46.389	106.462
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	145.524	103.467
ICMS ⁽ⁱ⁾	640.908	684.849
PIS/COFINS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	691.417	779.097
Plano de opção de compra de ações ^(iv)	-	11.190
IOF s/ Mútuo ^(v)	135.370	131.153
Outros	44.341	42.993
	<u>1.703.949</u>	<u>1.859.211</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.
- (ii) No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos.

- (iv) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.

- (v) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Companhia por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre a Companhia e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis ⁽ⁱ⁾	39.815	38.838
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	5.159	8.221
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	38.526	35.372
	<u>83.500</u>	<u>82.431</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	80.207	76.384
	<u>80.207</u>	<u>76.384</u>

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 51.930 (R\$ 2.461.503 em 31 de dezembro de 2022), constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B” em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	1.106.992.705	99,94%	79.305.801	97,05%
Fundo Invest da Amazonia Finam	-	0,00%	1.573.116	1,93%
Uniao Com. E Participações LTDA	-	0,00%	737.396	0,90%
Banco do Brasil S.A.	705.365	0,06%	-	0,00%
Imprensa Oficial Est. S. A. Iresp.	-	0,00%	97.980	0,12%
Total de ações em circulação	1.107.698.070	100,00%	81.714.293	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou o montante de R\$ 10.386 (R\$ 65.969 em 31 de dezembro de 2022).

d) Dividendos

Para o exercício findos em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou R\$ 260.566 referente a dividendos mínimos obrigatórios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

A seguir, é apresentada uma composição da receita da Companhia, com a receita bruta das vendas e serviços e as deduções das vendas (os abatimentos e os impostos), conforme exigido para empresas brasileiras pela lei nº 6.404/76, seção V, Art.187:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta na venda de serviços	6.029.272	5.216.882
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(170.666)	(158.294)
Receita operacional líquida	<u>5.858.606</u>	<u>5.058.588</u>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Transporte de carga e acessórios	5.855.735	5.054.474
Outros	2.871	4.114
Receita operacional líquida	<u>5.858.606</u>	<u>5.058.588</u>

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Material de uso e consumo	(122.698)	(118.099)
Despesa com pessoal	(253.129)	(186.648)
Depreciação e amortização	(544.692)	(489.421)
Despesas com serviços de terceiros	(141.186)	(112.341)
Despesas com transporte e elevação	(2.764.362)	(2.047.993)
Outras despesas	(161.703)	(141.442)
	<u>(3.987.770)</u>	<u>(3.095.944)</u>
Custo dos serviços prestados	(3.766.825)	(2.963.146)
Despesas comerciais	(24.228)	(16.182)
Despesas gerais e administrativas	(196.717)	(116.616)
	<u>(3.987.770)</u>	<u>(3.095.944)</u>

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Efeito líquido das demandas judiciais	(19.850)	(26.543)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	4.587	13.815
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	2.842	(7.495)
Créditos fiscais extemporâneos	17.427	12.638
Outros	(8.270)	(16.351)
	<u>(3.264)</u>	<u>(23.936)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(259.511)	(273.306)
Variação cambial líquida sobre dívidas	87.487	88.128
Resultado com derivativos e valor justo	(238.368)	(21.431)
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(3.393)	(154.323)
Fianças e garantias sobre dívidas	(10.193)	(9.549)
	(423.978)	(370.481)
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>107.426</u>	<u>59.835</u>
	107.426	59.835
Custo da dívida, líquida	(316.552)	(310.646)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	55.163	47.452
Passivos de arrendamento	(40.413)	(44.670)
Despesas bancárias e outros	(2.546)	(2.000)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(24.441)	(17.843)
Variação cambial	(419)	2.382
Outros encargos e juros	(13.190)	(5.443)
	(25.846)	(20.122)
Resultado financeiro, líquido	(342.398)	(330.768)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(353.687)	(507.134)
Receitas financeiras	162.589	107.287
Variação cambial	87.068	90.510
Derivativos	(238.368)	(21.431)
Resultado financeiro, líquido	(342.398)	(330.768)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Resultado líquido do exercício	1.319.382	1.319.382
Por ação ordinária	1.237.845	1.220.928
Por ação preferencial " A " (incluso remuneração adicional de 10%)	93.531	92.253
Por ação preferencial " B "	6.287	6.201
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferencial " A "	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferencial " B "	5.626	5.626
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	1,11749	1,10222
Por ação preferencial " A "	1,22924	1,21244
Por ação preferencial " B "	1,11749	1,10222